

O TRABALHO E A SUA AUSÊNCIA NA EXPERIÊNCIA JUVENIL CONTEMPORÂNEA

CORROCHANO, Maria Carla – USP
GT-03: Movimentos Sociais e Educação
Agência Financiadora: FAPESP

Introdução

O artigo apresenta os resultados de pesquisa¹ realizada junto a jovens envolvidos em um programa público no município de São Paulo: o Programa Bolsa Trabalho (PBT)². Trata-se de um programa através do qual se desenvolveu, na gestão municipal do período 2001-2004, uma estratégia específica de enfrentamento dos crescentes índices de desemprego juvenil: a retirada ou retardamento do ingresso de jovens no mercado de trabalho, por meio da transferência de renda e do incentivo do retorno ou permanência na escola, aliado à oferta de atividades de caráter educativo.

No Brasil, é principalmente a partir do início dos anos 2000 que as temáticas do emprego e, sobretudo, do desemprego e da juventude aproximam-se e ganham a cena pública, mobilizando a construção de respostas por parte do Estado. Assim, tanto as políticas de geração de trabalho e renda quanto as políticas de juventude passam a fazer parte de uma agenda que considera o desemprego e os jovens como problemas políticos, e categorias sociais passíveis de intervenção específica do Estado. Nesse sentido, o problema central apontado diz respeito aos modos como os jovens participantes de uma estratégia específica do governo municipal vivem e significam a experiência do trabalho e da ausência de trabalho, onde se inclui o desemprego³.

Não se trata aqui da análise das políticas de geração de trabalho e renda, das ações públicas destinadas à juventude⁴, ou da avaliação dos impactos do Programa Bolsa Trabalho entre jovens do município de São Paulo⁵. O interesse recaía em saber

¹ A pesquisa contou com apoio da FAPESP.

² Doravante nomeado como PBT.

³ Não será aqui aprofundado o debate teórico em torno desta categoria. Cabe ressaltar que ela é aqui compreendida como construção social e histórica, segundo Topalov (1994).

⁴ Sobre isto ver Sposito (2007).

⁵ Com o objetivo da concessão de bolsa que substituiria o trabalho, o PBT dirigiu-se inicialmente a jovens entre 16 e 20 anos, matriculados ou formados no ensino médio, desempregados por mais de seis meses ou sem atividade remunerada, moradores de São Paulo nos últimos dois anos e pertencentes a famílias de baixa renda, com rendimento mensal per capita de até meio salário mínimo. Todos os participantes receberiam bolsa correspondente a 45% do salário mínimo, auxílio transporte e seguro de vida, por um

como os próprios jovens, denominados “público-alvo” deste programa, viviam e percebiam as experiências de trabalho e falta de trabalho. Consideravam-se “desempregados” ou “excluídos”, como nomeados não só pelo programa como pelo conjunto das ações destinadas aos jovens de baixa renda no país? Quais os sentidos da ausência de trabalho na vida desses jovens? Como o trabalho ou sua ausência combinam-se e interagem com outras esferas de suas vidas? Que lugar o PBT teve em seus percursos?

O fato de terem participado de experiência pública com critérios previamente estabelecidos contribuiu para conformar certa homogeneidade entre eles, principalmente em termos de idade, renda e condições de vida. Mas uma das hipóteses desta investigação era de que esses aspectos não obscureceriam diferentes experiências e percepções. Ainda que todos sejam jovens de baixa renda⁶, poderiam viver e significar a experiência do trabalho ou da sua ausência de maneiras diversas, sobretudo em um momento de fragilidades das instituições, onde os indivíduos são convidados a construir de modo cada vez mais solitário os seus percursos (Dubet, 2002). Particular atenção será dada às diferenças entre moças e rapazes⁷.

Para a pesquisa utilizou-se metodologia qualitativa baseada em entrevistas em profundidade, com roteiro semi-estruturado. No final de 2004, foram entrevistados 7 gestores; entre o primeiro semestre de 2005 e o início de 2006 foram 38 jovens com idades entre 19 e 23 anos e que haviam participado do PBT há pelo menos um ano. A chegada até eles foi realizada em etapas, tendo como ponto de partida o banco de dados do programa. Ainda que houvesse certa homogeneidade, especialmente na renda, procurou-se entrevistar jovens de ambos os sexos, identificados de maneira diferenciada em termos de cor/raça⁸ e níveis de escolaridade.

período que variava de seis meses a dois anos. Aqueles que não haviam completado a escolaridade básica deveriam retornar à escola. Para todos, era obrigatório obter formação complementar, não necessariamente direcionada ao trabalho (Prefeitura, 2001). Em relação aos desencontros entre as expectativas dos gestores e dos jovens, ver Corrochano (2007).

⁶ Nos últimos anos tem sido recorrente o uso dos adjetivos “excluídos” ou “em situação de risco” para a definição do público-alvo de programas semelhantes ao PBT, sendo todos passíveis de críticas (Martins, 1997; Telles e Cabanes, 2006). Os jovens deste estudo serão nomeados como jovens de baixa renda. No caso do PBT, jovens de baixa renda eram aqueles com renda familiar igual ou inferior a meio salário mínimo per capita. No momento de realização da pesquisa de campo, o salário mínimo correspondia ao valor de R\$ 260,00.

⁷ Embora não seja um estudo centrado nas questões de gênero, esta categoria é compreendida como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e, também, “uma forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995, p. 86)

⁸ Utiliza-se aqui o conceito sociológico de raça na perspectiva de A. Guimarães (2003).

A experiência juvenil em um contexto de mutações institucionais

Este estudo se insere no conjunto de reflexões sobre as mudanças das instituições centrais na construção da condição juvenil na sociedade moderna⁹ e no processo de socialização dos indivíduos: a família, a escola e o trabalho. Nos interstícios das mutações emergiriam possibilidades de uma vivência juvenil diferenciada das gerações anteriores, o que alguns autores chamaram de “desinstitucionalização” (Abad, 2002). Na perspectiva de escapar da armadilha em que pode incorrer o uso desse conceito, que poderia levar a desconsiderar a importância que família, escola e trabalho têm na vida dos jovens e o aparecimento de novas formas de dominação na experiência juvenil contemporânea (Sposito, 2005), optou-se em considerar esse processo como o “declínio de um programa institucional”, seguindo Dubet (2002). Como explica este autor, trata-se de um processo de mutação pelo qual as instituições têm passado e que anuncia alguns riscos, maiores para alguns grupos do que para outros, e particularmente para as camadas populares, que dispõem de poucos recursos materiais para enfrentá-los.

Mesmo que as mutações atinjam todas as esferas de socialização, elas parecem especialmente agudas quando considerado o mundo do trabalho, sendo esta uma das principais razões que justificam um olhar mais aprofundado em torno dessa esfera. Assim, se os rumos em direção à vida adulta não são mais “fixos ou pré-determinados” (Pais, 2001), isto também se relaciona ao intenso processo de crise e transformação que há pelo menos 30 anos vem atingindo de modo diferenciado as mais diversas regiões, setores e perfis de trabalhadores (Harvey, 1996).

Nesse processo, apesar dos níveis de escolarização mais elevados de parcela importante dos jovens, estes são apontados como um dos grupos mais afetados pelas mutações no trabalho, seja do ponto de vista subjetivo como objetivo – considerando-se tanto o desemprego juvenil, quanto a precarização do mercado de trabalho. Direcionar o

⁹ A juventude é aqui considerada como um momento no ciclo de vida entre a infância e a idade adulta, com específicos modos de inserção na estrutura social (Dubet, 1996); como condição social e, ao mesmo tempo, representação (Peralva, 1997).

olhar para a juventude relaciona-se ao fato deste momento da vida constituir-se como significativo para investigar muitas das mutações no mundo contemporâneo, em diferentes esferas do social. Isto porque em função de suas condições culturais e biológicas, os jovens são aqueles mais diretamente expostos aos dilemas de nossa sociedade (Melucci, 1997). Ou, nas palavras de Telles (2006, p. 217), os jovens “podem nos informar alguma coisa sobre os vetores e linhas de força que desestabilizam campos sociais prévios [...] e também traçam as linhas que desenham as novas figuras da tragédia social”.

No Brasil, a “virada” dos anos 1990 imediatamente precede, ou em alguns casos coincide, com o momento em que os jovens aqui investigados iniciavam suas preocupações com a inserção no mundo do trabalho. Em nosso país, à exceção de um pequeno número de jovens, sobretudo oriundos das camadas mais privilegiadas, a condição juvenil, sempre fora marcada como um período de trabalho, ou de combinação do trabalho com a vida escolar (Madeira, 1986; Hasenbalg, 2003).

Um olhar mais específico para a relação dos jovens com o trabalho e sua ausência também se justifica no interior das pesquisas sobre juventude no campo educacional brasileiro, e mais particularmente na sociologia da educação. Sposito (2007) assinala a importância de uma perspectiva não-escolar no estudo sociológico da escola, no sentido de considerar outros espaços e práticas socializadoras no processo de formação das novas gerações. Nesse sentido, no âmbito dos estudos da educação parece significativa uma pesquisa focada na dimensão do trabalho.

Considerando esta esfera, na análise da produção discente em educação sobre juventude, escola e trabalho, Corrochano e Nakano (2002) destacam que durante a década de 1990 os estudos da sociologia do trabalho tiveram significativo impacto; alguns estudos adentram no espaço de trabalho (fundamentalmente a fábrica) mas eram ainda escassos os estudos referentes ao que pensavam, viviam, agiam e o que sentiam os jovens sob o desemprego ou vivendo sob outras situações de trabalho, para além do emprego formal.

É preciso ponderar que desde os primeiros anos do século XXI vem sendo realizado um conjunto de estudos sobre o desemprego e tomando o segmento juvenil como parte de suas análises, reconhecendo sua importância e singularidade (Ferreira, 2004; Guimarães, 2005; Tartuce, 2007). Ao mesmo tempo outras análises começam a se debruçar sobre programas públicos dirigidos a jovens no campo do trabalho, mas o aspecto mais central, de modo geral, tem sido a avaliação dos impactos dos programas e

de suas linhas de ação (Madeira, 2004), sendo limitadas as pesquisas que ressaltam os percursos dos jovens participantes destes programas.

Os caminhos da análise

Nas idas e vindas envolvidas na análise das falas dos 38 jovens investigados¹⁰, a aproximação das perspectivas de Demazière e Dubar (1997) e Guimarães (2005) foi fundamental. Esses autores deixam entrever a importância das palavras e modos de falar dos indivíduos. Não se trata aqui de perseguir os caminhos da análise discursiva, mas de atender para conteúdos, maneiras de falar e o contexto da enunciação, constituindo narrativas. Trata-se da utilização das narrativas como instrumento que permitiu organizar os jovens em diferentes grupos, a partir de falas específicas sobre o trabalho ou a ausência de trabalho¹¹, bem como o próprio Programa.

Cada entrevista foi analisada separadamente para observar-se eventuais recorrências. A questão primeira foi o modo como se falava da situação atual de trabalho, sendo já notadas algumas recorrências: para alguns, *nunca trabalhei*¹² ou *sempre trabalhei*, *trabalho* ou *faço bicos*, *ganho um salário* ou *só um dinheirinho*; posteriormente, em torno do desemprego: *estou desempregado* ou *estou parado*, *não estou desempregado*, *estou correndo atrás*, *estou na procura*; e, finalmente, os modos de falar do Programa Bolsa Trabalho: *maravilhoso*, para alguns; *enganação* para outros.

A partir dessas narrativas foi possível ir ao encontro das situações reveladoras de elementos comuns: para além do trabalho, a situação e a relação dos indivíduos com a família e com a escola, com a perspectiva ou não de continuidade da formação. Na medida em que se avançava na análise dos dados, percebeu-se a necessidade de ir além dos significados atribuídos pelos jovens à esfera do trabalho e à ausência de trabalho, sendo importante considerar as relações com a família e a escola. E particularmente, no caso desta geração, a relação com uma experiência de projeto social mais duradoura.

Quando considerado o processo de socialização dos indivíduos, a família e a escola são instâncias privilegiadas nos estudos mais clássicos (Setton, 2002). As recentes transformações no mundo contemporâneo abriram espaço para olhares em

¹⁰ No conjunto dos 38 entrevistados, as idades variavam entre 19 e 23 anos, sendo 22 moças e 16 rapazes. Quando considerado o quesito cor/raça, predominam jovens que se identificam como pretos ou pardos, no total de 29 (19 pretos e 10 pardos).

¹¹ Sobre o conceito de narrativa, ver Bakhtin (2004).

¹² Todas as referências às falas dos jovens aparecerão destacadas em itálico.

direção a outras instâncias, como a mídia (Setton, 2002) e os estilos juvenis organizados em torno da música (Dayrell, 2005). Já no campo do trabalho juvenil, muitas pesquisas privilegiam especialmente ora a relação do trabalho com a educação, ora com a família, mas os relatos aqui presentes deixavam entrever a necessidade de considerar as três instâncias socializadoras – trabalho, família e escola – e suas interrelações, como sinalizado por Gomes (1996). O fato desses jovens terem participado de uma ação pública permitiu vir à cena a experiência em projeto social de mais longa duração.

A perspectiva de considerar essa interrelação foi inspirada no conceito de configuração de Elias (1980). Como indica Setton (2002, p. 110), o conceito “serve como instrumento conceptual e didático que tem como intenção romper com a idéia de que as instituições socializadoras e seus agentes sejam antagônicos”. Nesse sentido, a noção de configuração terá aqui um forte valor heurístico. Em cada uma das narrativas apresentadas observam-se diferentes arranjos e interdependências entre as instâncias de socialização investigadas – trabalho, escola e família. A imagem de um caleidoscópio onde a cada movimento formam-se novas e diferentes figuras parece ser a que mais se aproxima dos movimentos observados em cada um dos grupos de jovens.

A importância do conceito de configuração não pode levar a um obscurecimento de seus limites¹³. Por essa razão, também foram utilizados dois outros conceitos: primeiramente, o conceito de suporte¹⁴ de Martuccelli (2002). Recorrer a esse conceito e à perspectiva de uma “sociologia da individuação” relaciona-se ao fato deste artigo concentrar-se sobre trajetórias e narrativas individuais.

Na compreensão de Martuccelli, torna-se necessário agregar cinco dimensões sociológicas centrais para compreensão dos indivíduos no mundo contemporâneo: os suportes, os papéis, o respeito, a identidade e a subjetividade. A noção de suporte será uma dimensão privilegiada na análise: o indivíduo existe na medida em que é sustentado por um conjunto de suportes. Para um sujeito descentrar-se de si, e ao mesmo tempo distanciar-se do mundo social, exige-se em contrapartida, sua inserção prática em um número importante de redes sociais, sendo ao mesmo tempo importante evidenciar que a noção de suporte difere das noções de recursos, capitais ou redes. Os suportes são mais amplos que as redes: eles não têm necessariamente a materialidade das redes, podem ser reais ou imaginários, visíveis e invisíveis, e graus diferenciados de

¹³ Sobre estes limites, ver Déchaux (1995) e Martuccelli (2002).

¹⁴ Em francês “support”, derivado de supporter: a ação de suportar, o apoio, a sustentação.

aceitação social. Não importam quantos sejam os suportes, se bons ou maus, mas o papel que desempenham nas experiências dos indivíduos (Martuccelli, 2002).

Um outro conceito que contribuirá para iluminar os achados aqui apresentados é a concepção dialógica de indivíduo proposta por Dubet, onde o indivíduo é um sujeito que deve combinar diferentes lógicas de ação:

Cada indivíduo vive sob o registro das três lógicas de ação: 1) porque a sociedade é um sistema de integração, o indivíduo participa como indivíduo social; 2) porque a sociedade é um conjunto de mercados e de quase-mercados, o indivíduo é um indivíduo racional; 3) porque a sociedade moderna é também tomada por um individualismo moral, o indivíduo é também um sujeito ético (Dubet, 2005, p. 13).

Por essa perspectiva, no olhar para as narrativas dos jovens aqui entrevistados poderão ser encontradas essas três lógicas, em consonância ou em tensão entre si. Como observa o autor, a maior ou menor facilidade de fazer combinar essas lógicas está relacionada às condições sociais em que se constroem as experiências. Assim, é preciso não ignorar os obstáculos enfrentados pelos sujeitos na busca pela combinação dessas lógicas, que podem ser de ordem material e simbólica.

Em síntese, destaca-se no conceito de configuração de Elias sua perspectiva em relação à interdependência entre os atores e instâncias de socialização. Entretanto, o conceito de suporte de Martuccelli (2002) e a concepção dialógica de indivíduo presente em Dubet (2002, 2005) também iluminarão a análise das narrativas juvenis.

Um breve olhar para as narrativas juvenis

As narrativas dos jovens investigados foram organizadas em torno de quatro grupos: Começando a trabalhar cedo (1); Do sonho com o *trabalho de verdade* à busca pelo trabalho possível (2); Em busca de melhores empregos (3); Para além do trabalho, em busca de novas possibilidades (4). Embora os jovens estivessem próximos em termos de renda e condições de vida, foi possível observar uma miríade de sentidos atribuídos ao trabalho e à sua ausência, e em particular ao que costumeiramente se denomina *desemprego*. Aqui, essa diversidade pode ser percebida a partir das interrelações entre diferentes esferas: do trabalho, da escola, da família. Mas, para alguns dos jovens ouvidos para esta pesquisa, também se mostra significativa a presença do grupo de amigos e a participação em uma experiência de formação pessoal e de trabalho de mais longa duração.

O primeiro grupo – *Começando a trabalhar cedo* – é constituído por jovens¹⁵ cujas experiências de trabalho *desde muito cedo*, em sua própria expressão, formavam o eixo estruturante de suas narrativas. A recorrência da expressão *eu sempre trabalhei* parecia indicar a presença de um grupo para o qual o trabalho fora central desde antes do término dos estudos. Embora tenham conciliado durante um período de suas vidas a dimensão do trabalho e a do estudo, foi o primeiro o eixo de suas preocupações e também de seus pais. São jovens que começaram a trabalhar *cedo*, quando ainda *pequenos* ou *moleques*, em suas próprias palavras, e para os quais a falta de emprego não é nomeada como desemprego, mas como tempo de inventar o que fazer para obtenção de renda e ocupação. Três deles já eram casados e com filhos, outros dois seguiam solteiros; todos estavam há muito tempo trabalhando e não mais freqüentavam a escola. À exceção de um deles, que havia interrompido os estudos ainda na 4ª série do ensino fundamental, os demais finalizaram o ensino fundamental mas não lograram concluir o ensino médio. É por meio das intrincadas relações que definiam seus lugares nas respectivas famílias; de eventos marcantes em seus percursos, como a chegada de um filho ou a morte do pai; e de suas relações com a escola, que se torna possível interpretar, e compreender, as razões para a interrupção de seus estudos – razões que vão para muito além da necessidade que tinham de trabalhar. Retomando a inspiração em torno do conceito de configuração de Elias, suas histórias parecem sugerir que na interrelação das diferentes esferas – da família, do trabalho e da escola – os já instáveis equilíbrios se alteram.

Quando estão fortemente enredados pela esfera do trabalho, o PBT surge em suas vidas. A proposta inicial dos gestores, de que a remuneração obtida na forma de “bolsa” poderia afastá-los de seus precários trabalhos, esteve muito distante de suas realidades. Estes jovens eram e continuavam a ser aqueles que mais se aproximavam do público “típico” buscado (ou imaginado) por esse programa, e por muitas outras ações públicas destinadas aos jovens de baixa renda. Ao mesmo tempo eram os que mais se afastavam da lógica prevista, das supostas “regras do jogo”. Mesmo participando do programa, continuaram trabalhando e formando uma nova interrelação do programa com as esferas do trabalho e da escola. As prementes necessidades de trabalho para prover ou apoiar suas famílias fizeram com que em pouco tempo voltassem a privilegiar

¹⁵ Este grupo era composto por quatro rapazes e uma moça; três deles declararam-se pretos e dois pardos.

o trabalho. Pois eram eles, efetivamente, o suporte afetivo e material de suas famílias (Martuccelli, 2002).

Para os jovens desse grupo, os tempos de desemprego eram cercados por muito trabalho. Todos, e mais intensamente os rapazes, não consideravam que algum dia tivessem vivido o desemprego, já que nunca ficaram *parados*. É forte, em suas narrativas, a recorrência à *viração* cotidiana, também encontrada na vida de muitos adultos. Mesmo um dos jovens que não estava inserido em nenhum tipo de trabalho remunerado ou *bico* à época da entrevista, não se considerava desempregado: estava *na procura*. A ênfase que dava ao fato de estar em movimento, procurando, poderia levar a considerar que, mais do que procura efetiva, a procura oferecia um alento e até mesmo um suporte significativo.

Aqui se percebeu pouco espaço para que esses jovens pudessem tomar distância das injunções do dia-a-dia, de modo a se construírem como sujeitos em uma ação contínua sobre si mesmos, confrontando-se de maneira crítica e autônoma em relação à sociedade. Estando eles fortemente enredados pelas necessidades da vida, destaca-se como central a necessidade de criar estratégias para ingressar e permanecer no mundo do trabalho. E, se vez ou outra apontavam as injustiças de algum patrão ou o fato de se sentirem explorados, eram ainda sinalizações muito frágeis. As necessidades de inserção social, de responder às demandas do grupo e as ações desenvolvidas para atender a essas necessidades os aproximavam da figura do indivíduo com fortes demandas de integração e do indivíduo portador de uma certa racionalidade estratégica: no primeiro caso, da integração, procuravam se conformar às exigências da vida em sociedade; no segundo, buscavam ferramentas instrumentais em função de seus interesses e necessidades, em uma sociedade que pode ser considerada como um conjunto de mercados ou quase mercados (Dubet, 2005).

No segundo grupo encontra-se a maior parte dos jovens¹⁶ que são sujeitos deste artigo: jovens que passam do *sonho com o trabalho de verdade à busca pelo trabalho possível*. A recorrência com que argumentaram em torno do *nunca trabalhei* foi oferecendo pistas para a possibilidade de constituir um grupo diverso dos demais. Diferentemente do grupo anterior, aqui o trabalho parece ter se constituído em uma questão um pouco mais tardiamente. Nesse sentido, o emprego e o desemprego também assumiram conotações diferenciadas.

¹⁶ 18 jovens (13 moças e 5 rapazes), predominantemente negros (10 pretos e 4 pardos).

À época da entrevista todos haviam finalizado o ensino médio, mas não haviam conseguido um *trabalho de verdade*, um lugar no universo do mundo assalariado com inserção regular e regulamentada. Mesmo que grande parte já tivesse exercido diferentes tipos de trabalho remunerado, especialmente no emprego doméstico e na entrega de panfletos (caso das moças) ou na construção civil e como office boy (caso dos rapazes), era recorrente a declaração de que *nunca haviam trabalhado, de verdade*. O verdadeiro ingresso no mundo do trabalho aconteceria quando encontrassem um emprego assalariado e com registro em carteira, mas não apenas.

O trabalho de verdade deveria significar jornada, salário regulares e condições de trabalho adequadas. Além disso, deveria permitir tempo para si e as outras dimensões da vida. Dado que moravam em locais distantes daqueles onde se encontravam as vagas, era sempre difícil encontrar aquelas que não preencheriam toda a sua vida. E perambulavam de bico em bico, não apenas para experimentar diferentes trabalhos, mas porque tentavam escapar de condições aviltantes e salários muito baixos. Ao falar das experiências nesses diferentes bicos, remetiam a situações de exploração, humilhação e assédio sexual (significativo no caso das moças), esboçando uma crítica em relação aos modos de inserção oferecidos, apontando para uma possibilidade de tomar distância dessas injunções e abrindo-se para a dimensão ética de sua experiência individual.

Quando finalizaram o ensino médio, o grau de escolaridade alcançada lhes dava a perspectiva de que encontrariam *o trabalho de verdade*; aliás, este seria o mínimo, depois de tantos anos de estudos. À medida que o tempo passava, as inúmeras dificuldades encontradas nessa busca tornavam-se cada vez mais visíveis e, pouco a pouco, se reduziam as expectativas. Seria preciso algo além do ensino médio? O ensino superior, talvez, mas eram escassas as condições para que frequentassem esse nível de ensino. Restava então projetar a realização de cursos profissionalizantes, o que, para além da já conhecida e debatida “empregabilidade”, era percebido como maneira de escapar aos estigmas a que estavam sujeitos.

Na procura pelo *trabalho de verdade*, aproximaram-se das práticas de natureza instrumental e racional. Sua participação no PBT é pautada pela lógica inerente a essa figura: o objetivo imediato é um curso profissionalizante ou um emprego. Uma vez que não conseguiram nem um nem outro, procuraram extrair aquilo que os levasse a facilitar sua busca por trabalho, como o próprio dinheiro ou, quiçá, a diminuição da timidez.

Para todos aqueles que buscavam trabalho, a procura também possibilitava não se sentirem *pessoalmente desempregados*. Sobretudo para os rapazes desse grupo havia

o reconhecimento de que estavam desempregados, mas não eram *desempregados por natureza*. O desempregado seria o seu oposto, aquele que não procura, que se entregou ao desemprego e que não corre atrás nem mesmo de algum bico. Contar com o apoio dos pais, estar sempre procurando ou fazendo um bico, agir e não ficar parado: bastava isso para que muitos não se considerassem desempregados “por natureza”.

Diversamente do grupo anterior, a idade aparece como outro aspecto importante para que não se considerassem desempregados. Afinal, *desemprego não é coisa de jovem*, exatamente o oposto dos números e estatísticas. A crença de que encontrariam algum trabalho no futuro (por reduzida que fosse), acabava por tirá-lo dessa condição, o que não significa ausência de preocupação em procurar e conseguir um trabalho.

As falas dos rapazes indicam que a identidade enquanto desempregados era vista de maneira negativa, o que parece associado ao estigma a que estavam mais fortemente sujeitos: de se envolverem com a violência, de usarem drogas, de serem aliciados pelo tráfico. Entre as moças era perceptível a menor dificuldade em se identificarem como desempregadas. Por um lado, emerge o desejo e a disponibilidade que tinham de ingressar no mercado de trabalho e ter direito ao *seu emprego*, de outro se evidencia o menor estigma que sofriam quando comparadas aos rapazes.

Diante das dificuldades para encontrar o *trabalho de verdade*, passaram a projetar o alcance de *qualquer trabalho*, mesmo no setor informal, mesmo longe das condições idealizadas. Parte desses jovens, à época da primeira entrevista, já havia desistido de buscar trabalho; outros apenas saíam com alguma indicação mais segura, revelando o peso das redes familiares em suas buscas. Mesmo a declaração de que estariam aceitando qualquer trabalho era marcada por ambigüidades: muitas propostas eram recusadas, e a continuidade do apoio dos pais era relevante aqui. Ao fim e ao cabo, sinalizaram o rebaixamento das expectativas e os inúmeros bloqueios para escolhas e decisões mais autônomas. Nesse processo, e ainda que conflitos existissem, a família constitui-se como suporte fundamental, do ponto de vista material e afetivo.

O terceiro grupo – *em busca de melhores empregos*, também era constituído por jovens¹⁷ que haviam finalizado o ensino médio, sendo que dois deles já havia chegado ao ensino superior por ocasião da primeira entrevista. Com exceção de um único jovem, todos haviam alcançado um trabalho com registro em carteira, ao menos em algum

¹⁷ Cinco mulheres e dois homens, com idades entre 19 e 23 anos. Quanto à cor/raça, três deles declararam-se brancos; dois pardos e duas jovens pretas.

momento de seus trajetos. Esse não era visto, porém, como o ponto final ou como o ápice de seus percursos profissionais. Chama atenção aqui o desejo de partir (ainda que não imediatamente) em direção a outras experiências de trabalho, que lhes permitissem não apenas ter melhores salários e condições de trabalho, mas também a possibilidade de alcançar seus projetos de formação e realização profissional.

Para eles, a questão era *não se acomodar, crescer, correr atrás*: palavras e expressões muitas vezes repetidas. Aqui mais claramente se observa a tensão entre as demandas de inserção social, as estratégias instrumentais e o trabalho crítico de si mesmo. Estes jovens procuravam integrar-se socialmente *correndo atrás*, buscando as estratégias mais adequadas em função de seus interesses e ao mesmo tempo, tentavam um distanciamento crítico em relação aos seus empregos. O fato de terem alcançado um emprego com registro formal não os impedia de apontar os problemas vividos e de tecerem críticas às suas condições de trabalho e de salário. De todo modo, percebiam-se como jovens trabalhadores transitando em direção a melhores oportunidades de vida e de emprego (um emprego *na área* e/ou um emprego de que *gostem*). Ao que parece, era isto também que parecia levá-los a uma crítica mais incisiva do PBT. E se já haviam alcançado aquilo que os jovens do segundo grupo nomearam como *trabalho de verdade*, ao menos uma vez, parecia então menos problemático considerarem que viveram momentos de desemprego em algum ponto de seus percursos.

Quando comparados aos jovens dos demais grupos, estes indicam ter maiores chances de escolha. Mas estas possibilidades também variavam fortemente, dada a condição material de suas famílias: uma pequena alteração nessa esfera acabava por produzir mudanças na relação dos jovens com as demais esferas, o que implicava considerar os constrangimentos estruturais aos quais estavam sujeitos. Mas o que também se observa é que mesmo quando a condição material de suas famílias dificultava suas possibilidades de experimentação, eles apostavam com mais força nas melhores perspectivas no futuro. A esperança de que ainda poderiam *realizar coisas* e projetar um melhor futuro despontava como suporte em suas vidas, para além daquele encontrado na família. Ocorre que parte importante da construção desse futuro era percebida como uma tarefa fortemente individualizada, o que também poderia levá-los a se sentirem responsáveis por seu próprio fracasso (Dubet, 2002).

Por fim, o quarto grupo¹⁸ – *para além do trabalho, em busca de novas possibilidades* – é composto de jovens orientados pelo distanciamento das demandas mais imediatas, construindo uma experiência que permite o alargamento de sua reflexividade e capacidade crítica, aproximando-os da figura do indivíduo ético caracterizada por Dubet (2005). À exceção de um deles, que cursava o ensino médio, todos já haviam finalizado esse patamar e nenhum deles havia conseguido uma experiência de trabalho formal: esse não era, contudo, o centro de suas preocupações à época da entrevista. Suas expectativas eram fortemente direcionadas à busca por um trabalho na área correspondente ao curso que almejavam realizar, um trabalho *profissional*.

Para além dessa condição, o que é muito recorrente em suas falas e contribui para aproximá-los é a forte problematização que expressam em relação ao trabalho assalariado. Se nos demais grupos a relação dos jovens com o trabalho e a ausência de trabalho apresentou-se inter-relacionada às esferas da família e da escola, aqui, verifica-se a entrada de um quarto elemento: a participação de três jovens desse grupo na experiência de formação de uma cooperativa. Enquanto experiência de formação pessoal e profissional mais duradoura marcou fortemente o modo como passaram a perceber e se relacionar com as esferas do trabalho e da escola. Também a intensa relação estabelecida com um grupo de amigos do bairro se agrega ao cenário para um dos jovens desse grupo.

Mesmo que não mostrassem adesão irrestrita e incondicional à experiência da cooperativa ou ao grupo de amigos, a mudança de olhar a partir dessas experiências foi significativa. De fato, esses jovens estavam se esforçando intensamente para imprimir alguma direção a seus destinos. Diante disso, nenhum se considerava desempregado ou se sentira nessa condição. Especialmente em relação aos jovens da cooperativa, eram muitas as tensões vividas no interior de suas famílias, sendo mais fortes ainda para os rapazes do que para a única moça desse grupo, em função de suas escolhas.

Ao mesmo tempo, a família também representava para eles um suporte central, no caso do jovem que ainda não havia terminado o ensino médio e recebeu o suporte da irmã para que seguisse na escola, realizando curso profissionalizante de enfermagem. Mas também aqui, como no grupo anterior, as expectativas depositadas no futuro pareciam também operar como um suporte. A diferença, no caso desses jovens, está nas

¹⁸ Constituído por quatro jovens, três rapazes e uma moça, todos declarando-se pretos.

esperanças consolidadas na idéia do ensino superior, no desejo em dar continuidade à escolaridade como suporte de extrema relevância.

Vivendo em um contexto de mutação e fragilização das instituições tradicionais no processo de socialização, um aspecto comum sinalizado pelos jovens dos quatro grupos relaciona-se à necessidade e o desejo da maior presença de outras instituições em suas vidas, para além do grupo familiar, na perspectiva de tornar menos dramático e solitário os seus percursos em direção à vida adulta. Não necessariamente instituições como “grandes orquestras, com um deus escrevendo a partitura ou um chefe sendo intérprete” (Dubet, 2002, p.403), mas mediações institucionais que contribuíssem para que não permanecessem tão solitários ou restritos ao âmbito do privado, o que também poderia levá-los a se sentirem mais responsáveis por seus fracassos.

Diversamente do que apontam outras pesquisas (Tartuce, 2007), chama atenção o modo como esses jovens consideram que o *governo* deveria apoiá-los, especialmente quando se trata do trabalho (embora não apenas). Nessa perspectiva, as ações públicas deveriam se constituir como suportes, algo que não eram e não foram enquanto participaram desse programa específico.

Os descompassos em relação às ações públicas mais comumente destinadas aos jovens não são desprezíveis, nem triviais. Mesmo entre aqueles que avaliaram de modo mais positivo a sua participação, era explícita a necessidade de ações que os apoiassem não apenas no presente, mas também no futuro, e especialmente no campo do trabalho, dado o cenário ainda restrito desse universo. E se o período mais recente não é mais informado unicamente pela crise aguda dos anos 1990, ele é ainda seu herdeiro. A transformação da sociedade brasileira segue e prossegue como processo, sendo evidente que isto também depende de políticas estruturantes. Nesse trajeto, evidencia-se não apenas que permanece sendo necessário e crucial compreender mais profundamente o lugar e o significado do trabalho e da falta de trabalho entre os jovens de baixa renda. Indo além, argumenta-se que a esfera do trabalho permanece no centro da atenção dos jovens que são os sujeitos da pesquisa. Nesse sentido, tanto no campo dos estudos educacionais, quanto no campo das ações públicas destinadas a este segmento, a compreensão e a construção de propostas relacionadas à qualificação, seu ingresso e permanência nos mercados de trabalho permanecem como uma equação relevante.

Referências bibliográficas

ABAD, M. Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil. **Última Década**, n.16, 2002.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2004.

CORROCHANO, M. C. Transferência de renda e atividades educativas In: SPOSITO, M. P. (Coord.). **Espaços públicos e tempos juvenis**. São Paulo: Global, 2007. p. 159-195.

_____; NAKANO, M. Jovens, mundo do trabalho e escola. In: SPOSITO, M. P. (Coord.). **Juventude e escolarização (1980-1998)**. Brasília: MEC/INEP/COMPED, 2002. p. 79-136. (Estado do Conhecimento, n. 7).

DAYRELL, J. **A música entra em cena**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

DÉCHAUX, J-H. Sur le concept de configuration. **Cahiers Intern. de Sociologie**, v.99, p.293-313, 1995.

DEMAZIÈRE, D.; DUBAR, C. **Analyser les entretiens biographiques**. Paris: Nathan, 1997.

DUBET, F. Pour une conception dialogique de l'individu. **EspacesTemps.net**, Textuel. Disponível em <http://espacestemps.net/document1438.html>, 2005. 18 p.

_____. **Le déclin de l'institution**. Paris: Seuil, 2002.

_____. Des jeunes et des sociologies: les cas français. **Sociologie et Sociétés**, v.28, n.1, p.23-35, 1996.

ELIAS, N. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

FERREIRA, M. I. C. **Trajetórias urbanas de moradores de uma favela de um distrito de elite da capital paulista**. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2004.

GOMES, J. V. **Família, escola, trabalho**. 1996. 149 p. Tese (Livre Docência em Educação) – Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 1996.

GUIMARÃES, A. S. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p.93-107, jan./jun. 2003.

GUIMARÃES, N. A. Desemprego: experiências e reflexões a partir do caso de São Paulo. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL “CHÔMAGE ET MOBILITÉ PROFESSIONNELLE. COMPARATION INTERNATIONALE BRÉSIL, FRANCE, JAPON”, Paris, 2005.

HASENBALG, C. A transição da escola ao mercado de trabalho. In: _____; SILVA, N. V. **Origens e destinos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003b. p.147-172.

MADEIRA, F. R. A improvisação na concepção de programas sociais. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.18, n.2, p. 78-94, abr.-jun. 2004.

_____. Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70.. **Cadernos de Pesquisa**, n. 58, p. 15-48, ago. 1986.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTUCCELLI, D. **Grammaires de l'individu**. Paris: Gallimard, 2002.

MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.5-6, p.5-14, 1997.

PAIS, J. M. **Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro**. Porto: Âmbar, 2001.

PERALVA, A. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.5-6 (n. esp. Juventude e Contemporaneidade), p.25-36, 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Lei 13.163, de 2001. Disponível em <www.leismunicipais.com.br>. Acesso em 21 set. 2007.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.71-100, jul./dez. 1995.

SETTON, M. G. J. Família, escola e mídia: um campo com novas configurações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.1, p.107-116, jan./jun. 2002.

SPOSITO, M. P. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.). **Retratos da juventude brasileira**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 87-127.

SPOSITO, M. P. (Coord.). **Espaços públicos e tempos juvenis**. São Paulo: Global, 2007.

TARTUCE, G. L. **Tensões e intenções na transição escola-trabalho**. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2007.

TELLES, V. e CABANES, R. **Nas tramas da cidade**. São Paulo: Humanitas, 2006.

